



**Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.**

**Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.**

## **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: PRODUÇÃO DE SABERES ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO**

**SANDRA FORTUNA<sup>1</sup>**

**CRISTIANO MARCOS AGULHARI<sup>2</sup>**

**Resumo:** Neste trabalho apresentamos elementos relativos à articulação entre saberes de duas áreas: Serviço Social e Engenharia da Computação, cujo foco foi a criação de um sistema de gerenciamento de bancos de dados da rede de serviços relacionados à violência contra as mulheres no município de Londrina. O projeto piloto foi implantado no Centro de Referência de Atendimento à Mulher –CAM de Londrina/PR. Como resultados parciais apontamos novas possibilidades de articulação e produção científica entre duas áreas de conhecimento distintas, bem como, formação profissional continuada além da criação de um sistema que prioriza as particularidades da violência contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Violência contra Mulheres; Serviço Social; Engenharia da Computação; Banco de Dados.

**Abstract:** In this work we present elements related to the knowledge articulation between two areas: Social Work and Computer Engineering, whose focus was the creation of a database management system for the services network related to violence against women in the municipality of Londrina. The pilot project is implemented in the Reference Center for Women's Assistance -CAM of Londrina / PR. As partial results we point out new possibilities of scientific articulation and production between two distinct areas, as well as continued professional formation, in addition to the creation of a system that prioritizes the particularities of violence against women.

**Keywords:** Violence against Women; Social Work; Computer Engineering; Database.

### **1-NOTAS INTRODUTÓRIAS.**

Este artigo tem por objetivo socializar informações relativas à articulação entre saberes de duas áreas: Serviço Social e Engenharia da Computação, cuja parceria foi estabelecida entre o Grupo de Pesquisa sobre Violência de Gênero – CREser-classe, raça, etnia e sexo, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: <sanlou@uel.br>

<sup>2</sup> Professor com formação em outras áreas. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Universidade Estadual de Londrina e o Grupo de Pesquisa Processamento de Sinais e Controle Digital, vinculado ao Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal Tecnológica do Paraná.

Essa articulação nasceu da preocupação em atender as demandas concretas da comunidade na qual as referidas Universidades estão inseridas, entendendo que a produção acadêmico-científica deve estar à serviço das necessidades apresentadas no cotidiano.

Num primeiro momento, o Grupo CREser, criado em 2010 e formado por estudantes de graduação, pós-graduação e profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, sociólogas, enfermeiras, psicólogas, advogadas, entre outras, participou da criação, em 2011, da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual e Doméstica de Londrina, composta por representantes de diversos serviços do município.

Os encontros mensais entre os profissionais representantes dos diversos serviços na Rede garantem condições para a articulação de ações conjuntas desde a criação de protocolos de atendimento até a análise e proposição de políticas municipais no tocante ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Dentre suas ações, destaca-se a organização de Grupos de Trabalho -GTs, sendo um deles o GT do Observatório, sob a coordenação do Grupo de Pesquisa CREser.

O GT do Observatório articulou-se com o Grupo de Processamento de Sinais, acima citado, para juntos criarem, em 2017 um sistema de gerenciamento de bancos de dados relacionados à violência contra as mulheres no município de Londrina. Por tratar-se de um projeto piloto, decidiu-se implantá-lo no Centro de Referência de Atendimento à Mulher –CAM de Londrina/PR.

A exposição dos elementos constitutivos desse processo serão a seguir apresentados a partir de dois eixos centrais: o primeiro sobre a contextualização da rede de serviços que atuam direta ou indiretamente com a violência contra as mulheres do município de Londrina, cujas condições concretas suscitaram a necessidade de articulação entre o Serviço Social e a Engenharia da Computação e, o segundo eixo relativo ao processo de criação do sistema de banco de dados.

## **2- ELEMENTOS DE ANÁLISE: SISTEMA DE BANCO DE DADOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E PRODUÇÃO DE SABERES.**

### **2.1 - Enfrentamento à violência contra as mulheres: a realidade do município de Londrina.**

Neste momento, pretende-se apresentar a contextualização da realidade do município de Londrina, no tocante à violência contra as mulheres, a qual será primeiramente abordada neste trecho, tendo em vista, elaborar alguns apontamentos relativos à perspectiva adotada na apreensão dessa questão.

Parte-se do pressuposto da violência contra as mulheres como violação de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais uma vez que, além da ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, atinge também o humanogenérico e a situa no sistema de exploração-dominação pautado no patriarcado-racismo-capitalismo. De acordo com Cisne (2015, p.143-144),

Os direitos humanos relativos às mulheres merecem uma especial atenção. No capitalismo, todas as pessoas não são privilegiadas do ponto de vista da classe social[...] já que nesse sistema é ineliminável a exploração e, por conseguinte, as injustiças, desigualdades e opressões. Todavia, às mulheres há uma outra dimensão da desigualdade: o patriarcado. O patriarcado, aqui entendido como um sistema de opressão, apropriação e exploração sobre as mulheres, fora fundido com o capitalismo e o racismo. Como sistema, ele se faz presente em todas as relações sociais, inclusive nas relações entre uma mesma classe. Dito de uma maneira diferente, é possível afirmar que todas as pessoas não pertencentes às classes dominantes têm direitos violados, mas, às mulheres, além da exploração/opressão de classe que também afeta aos homens trabalhadores, pesa também as relações de sexagem<sup>3</sup>[...] entendido como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão.

O patriarcado aponta para a dominação da mulher pelo homem, enquanto categorias sociais cuja prática se desenvolve há, aproximadamente, seis

---

<sup>3</sup>Relações sociais de sexagem referem-se exatamente à apropriação, para além da exploração, não somente da força de trabalho das mulheres ou de seus corpos, mas também de seu tempo e de suas vidas.

milênios, de acordo com Lerner(1986). Hartmann (1979, P.232) define patriarcado como sendo um,

[...] conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres.

Entende-se que a existência da relação patriarcal incide não somente na hierarquização entre os sexos, mas também na contradição de seus interesses, isto é na manutenção do status quo para o homem e a busca pela igualdade entre os sexos, pela mulher, pois,

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

O patriarcado enovela-se com o racismo e com as classes sociais não de forma quantitativa, mas na realidade que resulta dessa junção.

[...] o conceito de superexploração torna-se insuficiente para dar conta da realidade, já que os fenômenos de discriminação não são somente quantitativos, mas também qualitativos (os movimentos de desqualificação/super- qualificação não são mais ou menos fortes segundo os sexos, eles caminham em sentidos diferentes): a divisão técnica e social do trabalho justapõe-se muito estreitamente à divisão sexual do trabalho. [...] O universo do trabalho das operárias forma um sistema no qual capitalismo e patriarcado se substituem (trabalham alternadamente) para explorar dominando e dominar explorando; portanto, sistema integrado, no qual as barreiras sociais não são praticamente nem passíveis de derrubada nem mesmo contornáveis pelas mulheres operárias (KERGOAT, 1978, p. 77).

No tocante ao capitalismo, depara-se com o traço comum, presente na classe dominante em seus diversos segmentos, que não são homogêneos, cujas singularidades consistem na sua capacidade e competência para dominar e explorar a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1998). A subordinação daqueles que vendem sua força de trabalho no mercado é absolutamente

necessária para que haja a exploração, através da qual as classes dominantes obtêm lucro e se efetivam enquanto tais.

Há também nestas, aspectos heterogêneos. As classes médias possuem um traço interessante: os trabalhadores e as trabalhadoras não estão ligados diretamente ao processo produtivo, porém, têm em comum com os operários e as operárias o fato de que ambos são dominados pelas diferentes frações da burguesia. Assim, tanto a classe média, quanto as operárias e os operários e os excluídos e as excluídas do processo produtivo estão submetidos a uma ideologia conservadora, de aprovação do esquema de dominação-exploração (LOURENÇO, 2008).

Vale ressaltar, que as mudanças aspiradas por parcelas significativas da sociedade, acabam por serem solapadas pelas posições sociais de algumas frações da classe média. Assim, os choques entre as classes e segmentos de classe, contribuem para atrasar as conquistas da classe trabalhadora. Tendo em vista a divisão sexual do trabalho, percebe-se que ao se tratar da produção, esse campo é destinado, predominantemente aos homens, aos quais é atribuída, historicamente, a esfera pública, enquanto que à mulher, fica restrito o campo da reprodução, não só biológica, mas também dos aspectos culturais e sociais a serem perpetuados através das gerações. Pode-se questionar essa postura dicotomizadora entre a produção e a reprodução, uma vez que essas categorias formam uma totalidade no mundo das relações sociais. Assim, neste trabalho, parte-se do pressuposto que estas dimensões estão imanentemente vinculadas, obviamente resguardando-se suas particularidades.

Embora as mulheres venham assumindo significativos espaços na esfera pública, ainda há muitas conquistas a serem efetuadas. A questão étnica também compõe o sistema de exploração-dominação. Em termos de racismo, ressalva-se aqui, a mulher negra, que na sociedade brasileira ocupa a última posição, justamente por sua condição de gênero e de etnia (SAFFIOTI, 1987, p.60). Com isso, verifica-se que,

[...] todos os tipos de discriminação favorecem maior exploração por parte dos empregadores. Isto pode ser observado não apenas no que tange ao preconceito de sexo, mas também no que diz respeito às

discriminações raciais (p. 51). Esses sistemas de dominação-exploração, [...] na realidade concreta, são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação - exploração, denominado patriarcado – racismocapitalismo.

Assim, o sexismo, o racismo e o capitalismo contribuem para a manutenção do poder e do quadro de contradições existentes, quer no que se refere à ordem patriarcal de gênero, à raça/etnias e às classes sociais. Esses três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais.

É importante deixar clara a preocupação em estudar a violência cometida contra mulheres, haja vista que, é majoritariamente praticada pelos homens enquanto categorias, cujas relações são hierárquicas e antagônicas, pautadas na ordem patriarcal de gênero, sustentando o sistema de exploração-dominação (LOURENÇO, 2008).

Os dados<sup>4</sup> de violência contra mulheres, registrados não só no Brasil como nos outros países, indicam o seu caráter endêmico. Mais do que isto, o fenômeno desconhece qualquer fronteira: de classes sociais, de tipos de cultura, de grau de desenvolvimento econômico, podendo ocorrer em qualquer lugar – “no espaço público como no privado – e ser praticado em qualquer etapa da vida das mulheres e por parte de estranhos ou parentes/conhecidos, especialmente destes últimos” (SAFFIOTI, 1994, p.8).

No município de Londrina, essa realidade infelizmente não é diferente, cujo enfrentamento marca a sua história, particularmente desde 1986, quando foi criada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), uma das primeiras do Brasil

Em 1993, foi criada a Coordenadoria Especial da Mulher - CEM (Lei Municipal nº 5.222/92 ) que até sua designação atual de Secretaria Municipal de Política para as Mulheres - SMPM, incluída na estrutura organizacional da administração de Londrina pela Lei nº 11.214/2011, tendo por finalidade explícita

---

<sup>4</sup> Há várias pesquisas que apontam o caráter endêmico da violência contra as mulheres. No Brasil, uma dessas fontes é o Mapa da Violência de 2015, que apontou o estado do Paraná uma taxa de 5,2 feminicídios por 100 mil habitantes.

em seu artigo 1º: “coordenar e acompanhar políticas e diretrizes, assim como desenvolver projetos visando combater a discriminação por sexo, defender os direitos da mulher e garantir a plena manifestação de sua capacidade no âmbito do município de Londrina”.

Juntamente à Coordenadoria em 1993, foi criado o Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CAM que conta com equipe multiprofissional das áreas de serviço social, pedagogia, psicologia e direito. O serviço oferece atendimento interdisciplinar às mulheres em situação de violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial. O trabalho desenvolvido pauta-se no reconhecimento das inúmeras dimensões e fatores relacionados ao problema da violência de gênero e busca atender às diferentes necessidades apresentadas pelas usuárias. Além de atendimento direto às mulheres que procuram o serviço, a equipe do CAM realiza atividades preventivas como oficinas com grupos de mulheres, empresas e escolas, campanhas direcionadas à comunidade em geral, capacitação de gestores e profissionais. Além do CAM, há também: a Casa Abrigo Canto de Dália; o Programa Rosa Viva e a Patrulha Maria da Penha.

A Casa Abrigo Canto de Dália, implantada no ano de 2004, destina-se a acolher temporariamente, em local seguro e sigiloso, mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob grave ameaça e risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos e filhas menores de 18 anos. O Serviço oferece atendimento social, psicológico, de enfermagem, orientação jurídica e ainda encaminha as mulheres, bem como seus filhos e filhas, aos demais serviços da rede como centros de educação infantil, escolas, serviços de saúde, programas de qualificação profissional e outros. Além da preservação da integridade física e psicológica das abrigadas, o trabalho desenvolvido visa promover a autonomia dessas mulheres, bem como gerar condições para a construção de um novo projeto de vida, livre da violência doméstica. Os encaminhamentos para o Serviço são realizados por meio do CAM.

O Programa Rosa Viva, criado no ano de 2001, funciona na Maternidade Municipal Lucila Ballalai oferecendo atendimento às mulheres que sofreram violência sexual. No serviço, é garantido o acesso aos medicamentos indicados para a contracepção de emergência e profilaxia de DST/Aids. O atendimento

envolve ainda orientação e encaminhamento a outros serviços como Centro de Atendimento à Mulher, Delegacia da Mulher e Instituto Médico Legal.

O Programa Patrulha Maria da Penha foi implantado no município de Londrina em julho de 2015 com a finalidade de garantir o cumprimento das medidas protetivas de urgência expedidas pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos (criado em 2011), contribuindo para a efetiva proteção de mulheres em situação de violência. Resultado de parceria entre o Tribunal de Justiça do Paraná e o referido município, o Programa é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Defesa Social, por meio da Guarda Municipal, que mantém agentes treinados e designados para atuarem na Patrulha. A Patrulha Maria da Penha atua de forma articulada com a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, por meio do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CAM) e com o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos.

A necessidade de articulação permanente entre os serviços existentes em Londrina, não somente os especializados no que se refere à violência contra as mulheres, foi se intensificando e, em 2011 a Secretaria de Políticas para as Mulheres, iniciou esse processo que culminou na criação da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual de Londrina, por meio do Decreto Municipal nº 246, de 5 de março de 2012.

Esse Decreto instituiu uma comissão composta pelos seguintes órgãos: Secretarias Municipais de Política para as Mulheres, de Saúde, de Assistência Social, de Defesa Social e de Educação; Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da 17ª Regional de Saúde; Polícia Militar; Instituto Médico Legal; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Juizado Especial de Violência Doméstica e Sexual Contra a Mulher e Crimes Contra a Criança e o Adolescente; Ministério Público; Hospital Universitário (UEL); Hospital Doutor Anísio Figueiredo; Hospital da Zona Norte; Santa Casa de Londrina; Mater Dei; Hospital Infantil e Hospital Evangélico de Londrina; Conselhos Tutelares; e os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente e da Cultura da Paz -Compaz.



Essa Comissão realiza até o presente momento, encontros mensais com o objetivo de avaliar as condições de atuação dos serviços que compõem a Rede, promover uma discussão ampliada sobre as pautas gerais que envolvem a política municipal de enfrentamento à violência contra a mulher, criar fluxos e protocolos de ação, entre outras ações que se fizerem necessárias com vistas ao estabelecimento de um trabalho coletivo para a superação das dificuldades e para o aprimoramento das ações desenvolvidas.

Uma das demandas apresentadas pela Comissão foi a invisibilidade dos dados de violência contra as mulheres em Londrina, indicando a criação do GT do Observatório da Violência. Acredita-se que isso se deve à várias razões, dentre elas a inexistência de um banco de dados que de fato compile informações de todos os serviços, de modo a garantir o seu mapeamento real. Há alguns dados sobre a violência contra as mulheres a partir dos levantamentos por instituições e serviços do município, todavia são dados que podem ter alguns problemas no sentido de redundâncias, recorrências e subnotificações, haja vista que não há um cruzamento dos mesmos, prejudicando o conhecimento dessa realidade.

Neste sentido, o GT do Observatório, sob a coordenação do Grupo de Pesquisa CREser do Departamento de Serviço Social/UEL e do Grupo de Pesquisa Processamento de Sinais e Controle Digital do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, propôs o aprimoramento dos sistemas institucionais de registro de dados e a criação de mecanismos que contribuam para a produção e divulgação de informações sobre a violência contra as mulheres, permitindo seu conhecimento mais profundo e amplo, por meio do diálogo permanente entre essas duas áreas de saber, que será a seguir apresentado.

## **2.2 Diálogo possível entre o Serviço Social e a Engenharia da Computação no enfrentamento à violência contra as mulheres: as particularidades no processo de criação de um sistema de banco de dados.**

As demandas postas no movimento da realidade com base nas particularidades da violência contra as mulheres inscrita no sistema de dominação-exploração levou à confluência do objeto de estudo, compondo um projeto integrado de natureza extensionista e de pesquisa, tanto para o Serviço Social, por meio do Grupo CREser quanto para a Engenharia da Computação, através do Grupo Processamento de Sinais. Essa direção mostrou-se como uma rica possibilidade de diálogo permanente entre essas duas áreas de saber que, a princípio se mostram tão distintas.

A parte inicial da criação do Observatório da Violência consistiu na estruturação de um projeto piloto. Esse projeto, que se encontra em fase de implantação, trata-se da criação de um sistema integrado de cadastro e armazenamento de ocorrências e denúncias pautado nas particularidades das violências contra as mulheres, registradas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CAM, tendo em vista facilitar a criação de elementos de monitoramento e análise que sustentarão o conhecimento da violência contra as mulheres em Londrina e elaborar o diagnóstico social da região analisada no tocante à violência contra as mulheres, atendendo uma das demandas da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual e Doméstica de Londrina, subsidiando ações profissionais e políticas públicas a partir do real conhecimento da violência contra as mulheres em Londrina

Para a apreensão dos elementos constitutivos do objeto em questão coletados por meio do material empírico, partir-se-á da sua compreensão enquanto,

[...] fenômenos que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos [sendo necessário] ultrapassar a sua aparência imediata Para descobrir a sua essência (CHIZZOTTI, 1991, p. 84).

A compreensão dessa realidade exige a apreensão tanto do ponto de vista social, com seus elementos gerais e suas particularidades como do ponto de vista dos fenômenos singulares e cotidianos.

De acordo com Lefebvre (1991, 112 e 115),

Penetrar no real, portanto, é atingir pelo pensamento um conjunto cada vez mais amplo de relações, de detalhes, de elementos, de particularidades captadas numa totalidade. Esse conjunto, essa totalidade, por outro lado, jamais pode coincidir com a totalidade do real, com o mundo. O ato do pensamento destaca da totalidade do real, mediante um recorte real ou ideal, aquilo que é corretamente chamado de um objeto de pensamento [...] A razão dialética atinge não apenas o universal abstrato, mas o universal que compreende em si a riqueza do particular, isto é, o universal concreto.

Enfim, trabalha-se neste projeto, baseando-se numa perspectiva que busque a apreensão cada vez mais profunda do movimento do real, aproximando-se assim do objeto em questão. Para tanto, parte-se dos dados e informações coletados empiricamente para iluminar o caminho da discussão teórica, possibilitando a apreensão do real enquanto concreto pensado, pretendendo-se estabelecer as categorias centrais de análise dos dados empíricos, os quais serão apreendidos, num primeiro momento, a partir da sistematização dos prontuários do CAM.

Esse sistema apresenta um funcionamento confiável, mesmo se executado em computadores de baixo desempenho, além de informatizar e sistematizar os dados dos prontuários do CAM nesta etapa do projeto piloto.

Posteriormente, tanto o sistema quanto o banco de dados deverão atender outros órgãos, integrando assim as informações e dados da rede de serviços de Londrina.

A primeira etapa para a elaboração do sistema foi projetar a interface com o usuário, em especial na determinação dos principais campos necessários para o registro das ocorrências (TIDWELL, 2010). Esses campos foram construídos a partir de diversos encontros entre os coordenadores e estudantes de iniciação científica e pós graduação vinculados aos referidos Grupos de Pesquisa e as profissionais do CAM, nas suas dependências, ao longo do ano de 2017. Esse período de criação foi fundamental para de fato o sistema atender às particularidades da violência contra as mulheres e as reais demandas do serviço, possibilitando a capacitação da equipe e o diálogo entre as áreas de saber envolvidas.

Após o projeto da interface, foi elaborado o banco de dados. Nesta etapa foi necessário compreender todos os fluxos e processos pertinentes ao CAM, desde a acolhida da usuária até o encaminhamento dado pelas profissionais,

passando pelos procedimentos internos do atendimento. O banco de dados deve ser capaz de representar, em sua estrutura, todos os processos envolvidos de forma coesa (GARCIA-MOLINA, 2008). Assim, o diálogo entre as diferentes áreas de conhecimento foi fundamental para este passo.

O sistema vem sendo implementado como uma aplicação Web, para que seja possível sua execução mesmo em computadores de baixo desempenho e com possibilidade de extensão, em etapas futuras, a outros órgãos do município. Tanto o sistema quanto o banco de dados estão contidos em um servidor disponibilizado pela UTFPR, Campus Cornélio Procopio, cuja manutenção é realizada pelos próprios membros do projeto. Cabe destaque ao fato de que o projeto se dá com o apoio e financiamento da CAPs e Fundação Araucária por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica e de mestrado/doutorado.

Até a criação do projeto, as informações recebidas pelo CAM eram exclusivamente registradas fisicamente, totalizando aproximadamente dez mil prontuários. Assim, por questões de segurança e redundância, os testes iniciais do sistema consistiram não apenas no armazenamento digital das ocorrências, mas também na impressão de relatórios.

Uma preocupação existente, considerada desde a concepção do sistema, reside na privacidade da denunciante. Os dados passíveis de identificação não podem ser disponibilizados de forma pública, tampouco ser acessados por quaisquer usuários. Por outro lado, tais dados devem ser armazenados para que se possa realizar, em etapas futuras, o cruzamento de informações a fim de possibilitar as medidas interventivas. Para lidar com tal situação, primeiramente os usuários do sistema deverão ser classificados de acordo com seu nível de acesso permitido, a ser definido por cada serviço. Ao se registrarem as informações, os dados de identificação deverão ser criptografados, e a chave criptográfica deverá ser fornecida apenas aos usuários com nível de acesso adequado.

Para uma maior segurança, o sistema armazena os registros de atividades de cada usuário, afim de garantir a utilização correta do sistema por parte de todos. Por fim, um termo de uso será disponibilizado aos mesmos.

Após estabelecer o funcionamento local do sistema no CAM, será iniciada a segunda etapa, que consiste na instalação do sistema em outros órgãos. O

banco de dados será o mesmo, assim todas as informações serão integradas em um mesmo ambiente.

Concluída a implantação do sistema, e sanados os problemas técnicos decorrentes da integração proposta, a criação deste sistema que armazenará os dados do Observatório da Violência Contra as Mulheres será concluída.

Em projetos posteriores, toda a grande massa de dados armazenada pelo sistema poderá ser utilizada para fins de análise estatística, mapeamento da violência neste e em outros municípios, diagnóstico social para apoiar a criação de políticas públicas de enfrentamento e a aplicação de técnicas de teoria de informação e mineração de dados (EIBE, 2011).

### **3-Considerações Finais**

Este artigo teve por objetivo apresentar elementos relativos à articulação entre saberes de duas áreas: Serviço Social e Engenharia da Computação, cujo foco foi a criação de um sistema de gerenciamento de bancos de dados da rede de serviços relacionados à violência contra as mulheres no município de Londrina.

O diálogo permanente entre o Serviço Social e a Engenharia da Computação neste caso, teve sustentação a partir da apreensão crítica do movimento da realidade e de categorias de análise sustentadas rigorosamente em aporte teórico-metodológico sobre a violência contra as mulheres, possibilitando a densidade imprescindível para a construção do sistema de banco de dados que de fato apreenda as particularidades dessa questão, bem como, traz elementos fundamentais para as análises dessas informações. Dessa maneira, a apropriação dos dados do real, contribuem essencialmente para produções científicas, mas também criar mecanismos de intervenção.

O projeto piloto encontra-se em fase de implantação no Centro de Referência de Atendimento à Mulher –CAM de Londrina/PR e, até o presente momento apresenta como resultados parciais novas possibilidades de articulação e produção científica entre duas áreas de conhecimento distintas, formação profissional continuada além da criação de um sistema que prioriza as particularidades da violência contra as mulheres.

Um elemento fundamental é também a produção de ações extensionistas e de pesquisas desenvolvidas conjuntamente pela Universidade Estadual de Londrina e pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná – Campus Cornélio Procopio, contribuindo assim para a formação de futuros profissionais/pesquisadores(as) comprometidos com as demandas da comunidade, particularmente sobre a violência contra as mulheres, num diálogo permanente entre a realidade e a produção de conhecimento. Isso vem sendo oportunizado também via os encontros permanentes entre estudantes, docentes e profissionais da rede de serviços.

Além disso, este projeto cria um produto que é o sistema de gerenciamento e armazenamento de dados referentes a ocorrências e denúncias de violência contra as mulheres. Com isso, se prevê uma grande otimização de recursos nos órgãos que contarem com o sistema, por meio da obtenção de uma grande massa de dados, que poderá ser utilizada para sustentar as intervenções profissionais, estabelecer políticas públicas municipais e a análise estatística dos dados recebidos para uma maior compreensão da questão da violência contra a mulher.

Os resultados e contribuições esperadas com a realização deste projeto integrado extensão-pesquisa referem-se às análises que poderão agregar forças à produção científica sobre a violência contra as mulheres. Nesta mesma direção, os estudos traçados ao longo deste trabalho poderão sustentar reflexões teórico-metodológicas que visem o diálogo entre diversas áreas do saber, a formação e capacitação profissional permanentes, além da sustentação real para estratégias de intervenção profissional, bem como, para a elaboração de políticas públicas.

Neste sentido, reitera-se o compromisso em desenvolver pesquisas que não fiquem somente no campo da elucubração mental, mas que de fato contribuam com a comunidade acadêmica, profissionais, instituições/serviços, mulheres que sofrem violência, bem como a comunidade em geral, contribuindo para o estudo da realidade onde a Universidade está inserida e, dessa forma, confirmar o seu compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade a serviço comunidade.

O aprimoramento dos sistemas institucionais de registro de dados e a criação de mecanismos que contribuam para a produção de conhecimento, por meio de pesquisas científicas, através das respectivas devolutivas aos sujeitos e rede de serviços, bem como, a divulgação de informações técnico-científicas sobre a violência contra as mulheres, permitem um conhecimento mais profundo e amplo do fenômeno, e se tornam estratégias fundamentais para o enfrentamento dessa questão endêmica.

Neste sentido, a criação de um sistema de gerenciamento de bancos de dados relativos à violência contra as mulheres no município de Londrina, por meio da implantação do Observatório da Violência, tornou-se um importante instrumento para geração de subsídios aos processos de planejamento e execução das políticas públicas nesta área, condição fundamental para assegurar maior resolutividade das ações empreendidas.

#### 4- REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CISNE, M. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, 2015.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, n. 1, 1994, Belém. **Convenção de Belém do Pará. Belém:**1994. Disponível em:  
<[http://www.jep.org.br/downloads/JEP/SistemaRegional/Conv\\_belem\\_para.htm](http://www.jep.org.br/downloads/JEP/SistemaRegional/Conv_belem_para.htm)  
>. Acesso em: 19 jan. 2017.

EIBE, F; JAN, W; MARK, H. Data Mining: **Practical Machine Learning Tools and Techniques.** San Francisco: Morgan Kaufmann USA, 2011.

GARCIA-MOLINA, H.; ULLMAN, J. D.; WIDOM, J. **Database Systems: The Complete Book.** 2. ed. New Jersey: Pearson, 2008.

HARTMANN, H. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. **Capital and Class**, n. 8, p. 1-33, 1979.

LONDRINA (Município). Decreto nº 246, de 05 de março de 2012. Institui a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual Contra a Mulher. **Jornal Oficial**, Londrina, n. 1813, 13 mar. 2012.

LONDRINA (Município). Lei Municipal nº 5.222, de 17 de novembro de 1992. Autoriza a criação da Coordenadoria Especial da Mulher (CEM) e dá outras providências. **Jornal Oficial**, Londrina, 1992.

LONDRINA. **Lei Municipal nº 11.214**, de 18 de maio de 2011. Introduz alterações na Lei nº 8.834, de 1º de julho de 2002, que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta e indireta do Município de Londrina e dá outras providências. **Jornal Oficial**. n 1570. Londrina. 26 de maio de 2011.

KERGOAT, D. **Ouvriers = ouvrières?**: critiques de l'économie politique. Nouvelle, Paris, n. 5, p. 65-97, 1978.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução C.N. Coutinho, 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LERNER, G. **The creation of patriarchy**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

LOURENÇO, S. **Violência conjugal**: materialização das ações profissionais na área da saúde. PhD thesis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B; VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

TIDWELL, J. **Designing Interfaces**. 2. ed. Sebastopol: O'Reilly Media, 2010.